

## PROCESSOS DE ESCOLHA DE LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA NO ENSINO MÉDIO: NUANCES ENTRE EDITAL, GUIA E PROFESSORES(AS)

### PROCESSES FOR CHOOSING HISTORY SCHOOLBOOKS IN HIGH SCHOOL: COMPARING PUBLIC NOTICE, GUIDE AND TEACHERS

### PROCESOS PARA LA ELECCIÓN DE LIBROS DE TEXTO DE HISTORIA EN LA ESCUELA SECUNDARIA: MATIZES ENTRE CONVOCATORIA, GUÍA Y PROFESORES(AS)

Bernardo Andre Mantovani<sup>1</sup>  
Emy Francielli Lunardi<sup>2</sup>

Resumo: A presente pesquisa objetivou compreender a perspectiva de professores(as) de História quanto aos Livros Didáticos (LDs), tendo como parâmetro as normativas do Programa Nacional de Livros Didáticos (PNLD) para o Ensino Médio de 2018. Investigou-se como ocorre este processo e quais são os critérios para a escolha. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa que analisou os documentos normativos e recolheu dados com os professores(as) de História do Ensino Médio da rede pública estadual de Chapecó – SC e da rede federal do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC). Os resultados desta pesquisa identificaram falhas na adoção de medidas indicadas pelo PNLD em relação à transparência, à participação das secretarias e gestão escolar, à interferência das editoras e ao tempo para efetuar a escolha das obras. Em relação aos critérios de seleção destes(as) professores(as), percebeu-se prioridade quanto à corrente historiográfica adotada por estes materiais e à possibilidade de utilizar as imagens enquanto fontes históricas.

Palavras-chave: livro didático; processo de escolha; história.

Abstract: The present research sought to understand the perspective of history teachers about the schoolbook, using as an analytical parameter the norms of the National Schoolbook Program (from portuguese: Programa Nacional de Livros Didáticos – PNLD) for highschool in 2018. It was investigated how this process occurs and what are the criteria for choosing these teaching materials. Methodologically,



this is qualitative analysis research which was analyzed the public documents and it was collected data with history high school teachers of the state public network of Chapecó – SC and of the federal network of the Federal Institute of Santa Catarina (IFSC). The results of this research identified several failures in the adoption of measures indicated by the National Schoolbook Program in relation to transparency, the participation of secretariats and school management, the interference from publishers and the time to choose the schoolbooks. Regarding the selection criteria of these history teachers, a priority was perceived regarding the historiographic current by these materials and the possibility of using images as historical sources.

Keywords: schoolbook; choice process; history.

Resumen: Esta investigación tuvo como objetivo comprender la perspectiva de los profesores de Historia respecto a los Libros de Texto (LD), utilizando como parámetro la normativa del Programa Nacional de Libros de Texto (PNLD) para la Enseñanza Media del año 2018. Investigamos cómo ocurre este proceso y cuáles son los criterios para su elección. Metodológicamente, se trata de una investigación cualitativa que analizó documentos normativos y recopiló datos de profesores de Historia de Enseñanza Media de la red pública estatal de Chapecó – SC y de la red federal del Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC). Los resultados de esta investigación identificaron fallas en la adopción de medidas indicadas por el PNLD en relación a la transparencia, la participación de las secretarías y direcciones escolares, la injerencia de los editores y el tiempo de elección de las obras. En relación a los criterios de selección de estos docentes, se priorizó la corriente historiográfica que adoptan estos materiales y la posibilidad de utilizar imágenes como fuentes históricas.

Palabras Clave: libro de texto; proceso de elección; historia.

## Introdução

Na história da educação do Brasil, os agentes educacionais e o Estado usaram diversas ferramentas pedagógicas para o processo educativo. Desde a colonização, muitos materiais didáticos foram utilizados, inclusive a Bíblia, um instrumento religioso que chegou a ser um objeto de ensino para os jesuítas. Atualmente, a maioria destas obras didáticas não são mais consideradas como instrumentos pedagógicos, aparecendo apenas como fontes de pesquisa histórica e educacional. Em seu lugar, os Livros Didáticos (LDs) tornaram-se a principal ferramenta didática auxiliar dos(as) professores(as) no decorrer do século XX.

Freitag, Motta e Costa (1987) situam a produção e circulação de LDs e indicam que eles não devem ser tratados como objetos solucionadores dos dilemas pedagógicos do(a) docente; nem manuais que devem subordinar as dinâmicas em sala de aula, tampouco o pior dos males do ensino. Estes materiais didáticos são polissêmicos, tendo potenciais positivos e negativos para o processo de ensino-aprendizagem. Para os historiadores mais renomados dentro do tema, como Bittencourt (1993, 2010, 2011) e Choppin (2002, 2004), o LD sempre foi um objeto multifacetado e complexo, assim, delimitá-lo como apenas uma ferramenta pedagógica seria um reducionismo conceitual que ignora seus conceitos de produção e recepção.

No Brasil, obras didáticas – que culminaram nos LDs atuais – têm sua origem no começo do século XIX, aproximadamente em 1808, com o início da Imprensa Régia. Para Bittencourt (1993), a produção era quantitativamente limitada devido às condições materiais de produção, tal qual o público atendido pela escola elementar (atual Ensino Fundamental). Durante a década de 1820, iniciou-se timidamente o uso de obras didáticas no ensino elementar (Zacheu; Castro, 2015). E, no decorrer do século XIX, a produção destas obras foi abraçada pela iniciativa privada, como permanece até hoje (Bittencourt, 1993).

Não só os métodos de produção, mas a regulamentação e a constituição daquilo que se definiu como LDs passou por diversas reorganizações. O Instituto Nacional do Livro (Brasil, 1937) e a Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático (Brasil, 1966) são ótimos exemplos de definidores dos conteúdos e de quais livros seriam distribuídos nas escolas, mostrando uma verticalização do ensino, visto que os(as) professores(as) deveriam seguir tais normativas. Tais processos reafirmam o caráter ideológico dos grupos dominantes de uma sociedade sobre o LD, como aponta Choppin (2004).

Somente em 1985, com a criação do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) (Brasil, 1985) é que se inicia ainda que timidamente um processo de democratização do LD<sup>3</sup>. A partir deste momento, o estado brasileiro passou a fomentar mecanismos para selecionar e aprovar LDs, que se atualizavam frente a diversos dilemas específicos dos conteúdos de cada componente curricular, das atividades e metodologias pedagógicas,

que correspondiam ao respeito à cidadania, dentre outros temas. O PNLD alterava também a escolha dos LDs aprovados por parte das escolas e dos(as) professores(as), num processo que deveria respeitar a autonomia e a opção democrática desses agentes. Nesse sentido, passados 37 anos da criação do PNLD, indaga-se quão democrático é este processo de escolha? Tal fato ocorre como apontam os documentos oficiais do PNLD? Qual é a participação efetiva dos(as) professores(as) neste processo? Que critérios são usados pelos(as) professores(as) para analisar e selecionar os LDs?

Para responder estas dúvidas, recorreu-se a uma abordagem metodológica de análise qualitativa, acompanhada por um tratamento quantitativo que, embora traga gráficos e representatividade numérica, se preocupa com o aprofundamento da análise da percepção dos(as) docentes acerca do processo de escolha de LDs. Esta pesquisa por sua natureza é básica e por seus objetivos é exploratória (Gerhardt; Silveira, 2009). Quanto aos procedimentos, inicialmente realizou-se uma pesquisa bibliográfica acerca do livro didático e sua trajetória, e, na sequência, uma pesquisa documental em que se analisaram os documentos disponibilizados no site do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), quais sejam: o Guia do PNLD de 2018 referente ao Ensino Médio (EM) e o Edital do PNLD de 2018, referente ao processo de produção e escolha de LDs.

Por fim, recorreu-se a uma pesquisa de campo com *survey*, na qual se obtém os “[...] dados ou informações sobre as características ou as opiniões de determinado grupo de pessoas, indicado como representante de uma população-alvo, utilizando um questionário como instrumento de pesquisa.” (Fonseca, 2002 *apud* Gerhardt; Silveira, 2009, p. 39), o qual mantém o anonimato dos respondentes. Neste caso, aplicaram-se questionários com professores(as) de História do Ensino Médio público, tanto da rede estadual de Chapecó – SC, quanto da rede federal no Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), visando investigar como ocorreu o processo de escolhas de LD segundo estes dois grupos, quais critérios utilizam para escolha e quão democrático e autônomo é este processo. Com relação ao tratamento dos dados, utilizou-se a metodologia da Análise de Conteúdo de Bardin (2011), por ser uma ferramenta metodológica que possibilita identificar os principais conteúdos tanto em documentos, quanto em respostas de entrevistas ou questionários e categorizá-los.

Primeiramente, tal pesquisa justifica-se, pois, um levantamento bibliográfico no portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) revelou apenas dois artigos entre 2010 e 2020 voltados ao processo de escolha de LDs realizado por docentes, sendo que nenhum deles refere-se à área de História<sup>4</sup>. Em segundo lugar, no campo pedagógico e político, as autoras Freitag, Motta e Costa (1987) julgam ser importante haver formações com professores(as) pensando nas possibilidades de usos deste material. Corroborando essa perspectiva, Moura (2007) indica que pouco se avançou quanto a formações direcionadas à análise de

LDs até o início do século XXI. Por fim, entende-se que o LD também é uma tecnologia educacional carregada de metodologias de ensino e propostas pedagógicas, portanto, é imprescindível compreender como estes profissionais, em específico de História, o utilizam.

Esta problemática baseia-se na compreensão de que para um processo de seleção dos livros didáticos ser efetivamente democrático deve garantir condições para a escolha, assim como uma participação ativa, reflexiva e consciente dos(as) professores(as). Desta forma, a ação docente deve analisar os livros numa perspectiva educacional crítica, bem como informar-se sobre o que é apontado nos documentos referentes ao PNLD. Assim, esta pesquisa investiga os(as) professores(as) de História no EM da rede pública em Chapecó e no IFSC quanto a sua participação no processo de escolha e verifica quais elementos eles(as) julgam importantes na seleção dos LDs. Além disso, analisando o Guia do PNLD de 2018, comparam-se os apontamentos do processo de escolha propostos com os relatos recolhidos. Estas informações podem oferecer indicativos para: aspectos a serem abordados na formação continuada docente em relação ao LD; futuras pesquisas que envolvam usos e processos de escolha de LD, assim como pesquisas sobre o ensino de História em Santa Catarina.

Este texto começa apresentando o conceito de livro didático, a partir da pesquisa bibliográfica. Na sequência, traz os resultados da análise documental do Guia e do Edital do PNLD 2018, com o processo e os critérios de seleção. Por fim, apresentam-se e analisam-se os dados da pesquisa quanti-qualitativa com os(as) professores(as) de História.

### **Mas afinal, o que é livro didático**

De acordo com o nível educacional, a cada triênio, o PNLD distribui novas versões do livro didático, caracterizando-se como um objeto de leitura de vasta difusão. Atualmente estas obras estão disponíveis em praticamente toda rede pública de Educação Básica, assim como em muitas bibliotecas públicas. Porém, tal abrangência é caracterizada pelo fato – infeliz – deste ser um dos únicos livros que chegam em boa parte dos lares brasileiros, por meio dos estudantes que o usufruem.

Assim, o público dos LDs é plural: são professores(as), estudantes e suas famílias, pesquisadores, profissionais da educação e do mundo editorial. De certo modo, esta multiplicidade de usuários em contextos diversos complexificam o livro didático enquanto objeto de análise, pois muitos destes leitores o abraçam como um fundamentalista cristão abraçaria uma Bíblia, enquanto outros o abominam, tratando como um desserviço à educação e ao conhecimento. Estas múltiplas compreensões demonstram que o livro didático é um objeto polissêmico. O historiador Choppin (2004) aborda a melindrosidade deste objeto por ser historicamente atravessado por

três modos de literatura: a religiosa, berço histórico das escolas; a didática/técnica, apossada pela instituição escolar; e a de lazer, representada pelo caráter moral e recreativo.

A historiadora Bittencourt (2010, p. 73) ressalta o LD como um facilitador do conhecimento científico, pois “Possibilita, igualmente a articulação em suas páginas de outras linguagens além da escrita, que podem fornecer ao estudante uma maior autonomia frente ao conhecimento”. A utilização de variadas narrativas textuais, imagens, tabelas, gráficos, poesias, mapas, entre outros, compõem essas múltiplas linguagens que facilitam o acesso aos conhecimentos científicos no nível básico da educação.

Além de serem atravessados por múltiplos significados e literaturas, para Choppin (2004), os LDs possuem várias funcionalidades que variam de acordo com elementos condicionais, como a situação social, cultural, histórica e o sentido do uso de seus leitores, assim como os níveis de ensino, sua metodologia e o componente curricular destas obras didáticas. Para ele, a primeira função é a referencial, visto que o LD acata o programa curricular no qual se insere. No Brasil, os livros aprovados pelo PNLD sempre estiveram alinhados às diversas legislações educacionais, como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) na década de 1990 e às Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) no século XXI, recentemente complementadas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Outra função elencada por Choppin (2004) é a instrumental, pois o LD busca estabelecer métodos de aprendizagens e atividades pedagógicas, visando o auxílio para o desenvolvimento dos conhecimentos, habilidades e competências disciplinares ou transversais. Sendo esta a função mais explícita, é visível a multiplicidade de abordagens pedagógicas apresentadas em LDs aprovados ou não pelo PNLD. Bittencourt (2010, p. 73) destaca que, além de uma ferramenta pedagógica, o LD é um objeto de transposição do conhecimento acadêmico para o conhecimento escolar visto que “Por seu intermédio, o conteúdo programático da disciplina torna-se explícito e, dessa forma, tem condições de auxiliar a aquisição de conceitos básicos do saber acumulado pelos métodos e pelo rigor científico.”

A terceira função indicada por Choppin (2004) é a ideológica e cultural. Historicamente, as obras didáticas foram utilizadas pelos sistemas educativos de Estados-nações como um reforçador da própria língua e valores entendidos como essenciais pelos grupos dominantes destas sociedades, implicando também na formação das identidades da população e na sensação de pertencimento. Exemplifica-se essa função por meio do Hino Nacional existente na contracapa de todo livro aprovado pelo PNLD. Freitag, Motta e Costa (1987, p. 63) discorrem que a maioria das pesquisas sobre ideologia em LD denunciam a “[...] a ausência dos temas do aluno carente, do conflito de classe, da discriminação racial, seja a presença de estereótipos machistas

autoritários e ufanistas.”. Considerando esta função, relembra-se o apontamento de Bittencourt (2011) que ressalta o LD não apenas como fruto da autoria, mas também um material editorial, sendo sobretudo uma mercadoria. Ele é elaborado por uma empresa que influencia no processo de produção de seu conteúdo – e, portanto, de seus valores e ideologias –, visando a venda deste material tanto para a iniciativa privada e pessoas físicas, como para o Estado. Portanto, essas obras são produto de uma Indústria Cultural, de ampla circulação.

Choppin (2004) apresenta a última função como documental, uma vez que o LD é um objeto passível de análise, estudos e pesquisas, em que são interpretados seus campos de interação, seus elementos textuais ou visuais. Tal função é afirmada numa breve busca ao repositório da CAPES, em que se encontrou cerca de 2085 artigos que citam o descritor “livro didático” durante o período de 2010 a 2020.

Assim, constata-se que o livro didático é um objeto polissêmico, dotado de múltiplos leitores, contextos de circulação, funcionalidades, linguagens, processos e agentes de produção. É concomitantemente um objeto de transposição didática e uma mercadoria da indústria cultural. Nas palavras de Bittencourt (2011, p. 301), o livro didático é dotado de “múltiplas facetas”. A seguir, analisam-se as instruções do Estado brasileiro com relação à seleção dos livros didáticos.

### **A escolha dos LDs: a narrativa do PNLD**

Desde 1985, o PNLD, por meio dos seus Editais, regulamenta os processos de escolha dos LDs<sup>5</sup>, delegando funções a cada um dos atores das instituições de Educação Básica públicas (Brasil, 1985). Estas funções também são explicitadas nos Guias do PNLD<sup>6</sup>. Atualmente, o site do FNDE ([2021]) atribui aos Programas do Livro o papel de “[...] apoiar o processo de escolha ou montagem dos acervos e compilar seus resultados”, caracterizando-se como um agente a parte, embora seja ele que delimita e regulamenta todo o processo de produção e escolha dos LDs. A seguir, evidenciam-se estas questões a partir da análise do Edital 2018 do PNLD referente ao Ensino Médio.

No Edital do PNLD de 2018 (Brasil, 2017a, p. 8), há diversas delimitações sobre como deve ocorrer o processo de escolha. Por exemplo, define-se que “As escolas participantes que não acessarem ou não gravarem alguma escolha no sistema devem receber um dos títulos constantes no Guia de Livros Didáticos [...]”. Ou seja, todas as escolas públicas recebem LDs do PNLD, independente de efetuarem ou não um registro no sistema – lembrando que, cada escola pode realizar duas opções de livro didático de cada área/componente curricular. O Edital também determina que “A escolha das obras didáticas será realizada de maneira conjunta entre o corpo docente e dirigente da escola com base na análise das informações contidas no Guia de Livros Didáticos”, indicando que a obra selecionada deve provir de um acordo entre educadores e o

corpo administrativo da escola, e não de modo unilateral, bem como deve basear-se tanto na análise das obras em si, quanto nas avaliações presentes no Guia. Sobretudo, deve considerar-se “[...] a pertinência das obras em relação à proposta pedagógica de cada instituição escolar” (Brasil, 2017a, p. 8), em outras palavras, os LDs escolhidos não devem considerar apenas as motivações destes grupos, mas também o Projeto Político Pedagógico (PPP) das escolas e o Projeto Curricular de Curso (PPC) no caso do Ensino Médio Técnico.

Para além dos apontamentos trazidos neste Edital, o Guia do PNL D (Brasil, 2017b, p. 10) reforça que:

Para que as coleções selecionadas reflitam de modo adequado as demandas e especificidades de cada contexto escolar, é importante que a escolha seja feita pelo coletivo de docentes atuantes na escola, extrapolando eventuais impasses amparados no simples confronto de opiniões pessoais.

Ou seja, deve-se considerar o PPP/PPC das escolas de modo a evitar uma personalização do processo de escolha. O Guia também indica algumas ações possíveis para uma seleção mais democrática e menos individualizada:

Assim, é aconselhável que os professores e as professoras se organizem em grupos e planejem os procedimentos de leitura e discussão do Guia, tanto na sua estrutura geral, quanto na especificidade de cada componente curricular. Também é importante que levem em conta as equipes ou grupos já existentes, reunindo-se por componente ou por turno, e que agendem o trabalho para os dias e horários mais adequados, recorrendo aos cronogramas já previstos pela escola para planejamento e estudos pedagógicos (Brasil, 2017b, p. 10).

Ou seja, embora cada professor(a) possa analisar e selecionar os livros didáticos que mais condizem com sua visão de educação, a escolha da instituição deve ser discutida e negociada entre os(as) professores(as) da mesma área, com a coordenação e a gestão escolar e deve considerar os projetos coletivos da escola (PPP/PPC) bem como as análises dos especialistas contidas no Guia. Além disso, o Guia sugere que a democratização “[...] pode ser potencializada se a mobilização dos professores para a escolha se estender também para um trabalho de acompanhamento, discussão e avaliação do seu uso” (Brasil, 2017b, p. 11).

O Guia também traz parâmetros a serem considerados pelos(as) docentes para a escolha dos LDs, que visam: compatibilidade pedagógica com as pesquisas científicas na área do ensino e aprendizagem; adequação à realidade e às experiências dos(as) alunos(as); adequação ao currículo local; contribuição para a cidadania dos estudantes;



linguagens acessíveis; promoção da curiosidade de seus leitores em direção ao saber; atividades desafiadoras e instigantes; e um projeto gráfico-editorial com recursos imagéticos bons e diversificados (Brasil, 2017b). Obviamente, esses parâmetros seriam analisados por meio de entendimentos e perspectivas do(a) próprio(a) professor(a), na sua autonomia, bem como na discussão coletiva das áreas e turnos, conforme sugerido anteriormente.

Sobre a questão da autonomia, o Guia do PNLD de 2018 expõe a Resolução CD FNDE nº 42/2012 (Brasil, 2017b) como imperativo do processo de escolha democrático, sugerindo o registro da escolha por meio de uma Ata de Escolha de Livros Didáticos, que seria de domínio público e fácil acesso. Desta forma, os(as) professores(as) poderiam recorrer institucionalmente caso sua escolha não seja respeitada. Complementando esta indicação, o Guia sugere à direção da escola que “[...] divulgue em suas dependências o comprovante de registro da escolha impresso via internet [sic] juntamente com a ata à que se refere o item 3.5, para controle da própria escola e para ciência da comunidade escolar” (BRASIL, 2017b, p. 19). Também aponta que é imprescindível o impedimento de acesso de representantes e/ou titulares dos livros que pleiteiam a escolha do PNLD às escolas durante o processo, evitando que estes organizem ou participem de eventos nas escolas e que forneçam qualquer material ou informação que ofereça vantagem no processo de escolha ou prejudique a autonomia da comunidade escolar (Brasil, 2017b).

Percebe-se que estes dois documentos do PNLD revelam indicativos acerca do modo como o processo de escolha do LD deveria ser operado nas escolas. Todavia, não há mecanismos que garantam um processo democrático, tendo em vista que as atas do processo de escolha não são obrigatoriamente postadas no sistema disponibilizado, portanto, o PNLD pode não possuir dados para uma eventual verificação quanto à autonomia e à democracia do processo. Destaca-se também que a publicização do protocolo de escolha dos LDs depende dos agentes que registram a escolha no sistema, pois esta não é disponibilizada pelo PNLD ao domínio público. Assim, é possível que muitos(as) professores(as) saibam se sua escolha foi respeitada e registrada corretamente apenas com a chegada dos livros. Recordar-se que, normalmente, o livro recebido deve estar de acordo com a opção feita pela comunidade escolar. Quando isso não acontece e o livro enviado à escola não foi o escolhido, é possível que o registro da escolha tenha sido executado de modo inapropriado no sistema ou que tenha havido problemas na operacionalização do processo pelo FNDE. Considerando estas instruções oficiais sobre o processo de escolha do LD, apresentam-se a seguir os dados referentes aos questionários aplicados aos professores(as).



### A escolha do LD sob o olhar dos educadores

Os dados apresentados a seguir foram coletados por meio de um questionário anônimo e *on-line* direcionado a dois grupos de docentes de História do Ensino Médio.<sup>7</sup> O primeiro compõe-se por professores(as) da rede de ensino pública estadual de Chapecó e o segundo por professores(as) de diversos *campi* do IFSC. Obtiveram-se 29 respostas, sendo 20 do primeiro grupo – de um total de 26 unidades escolares que ofertam o Ensino Médio em Chapecó (Santa Catarina, [2021]) – e nove do segundo grupo – de 18 campi que ofertam Ensino Médio Técnico no IFSC (IFSC, [2021]). Ainda sobre a amostragem, destaca-se que, no primeiro grupo, metade dos(as) docentes são concursados e a outra metade são contratados temporariamente, mudando de Instituição Escolar (IE) a cada contrato, já no segundo grupo, todos os(as) docentes são concursados. Esta informação revela que não é assegurado à metade dos(as) professores(as) da rede estadual pesquisados a possibilidade de uso dos livros didáticos escolhidos, visto que não é garantido a continuidade de seu trabalho nas mesmas escolas e que cada escola pode fazer suas próprias escolhas.

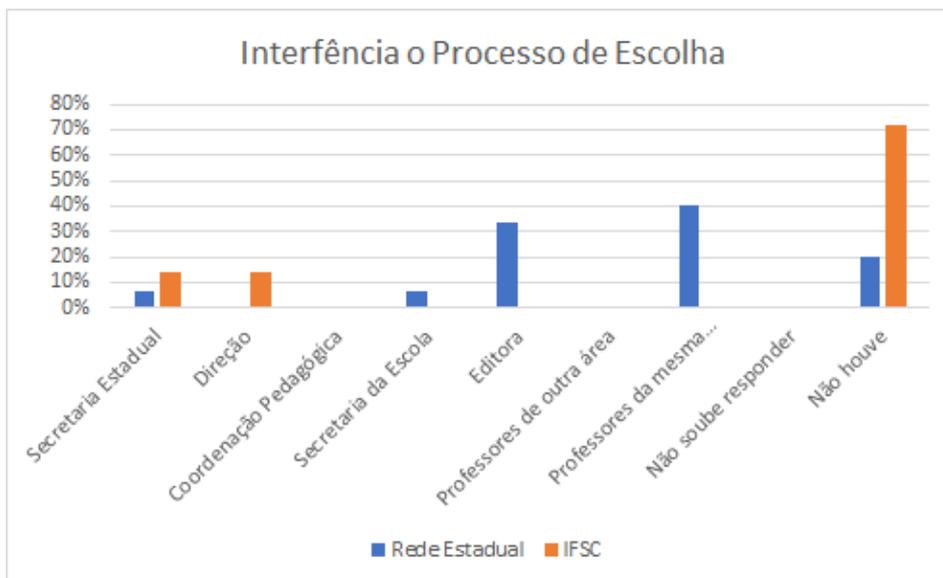
O questionário foi estruturado em três seções. A primeira, cujos dados foram apresentados acima, coletava informações sobre os(as) professores(as) e sua situação na escola, como efetivos ou contratados temporariamente. Além disso, verificava se eles(as) atuaram no processo de escolha dos livros didáticos no PNLD de 2018. Apenas 75% dos professores(as) da rede estadual participaram, já no IFSC a porcentagem foi de 77,8%. Desta forma, o universo de análise das perguntas da segunda seção restringiu-se aos professores(as) que responderam afirmativamente, pois aprofundou-se sobre a experiência docente, indicando os atores e suas participações no processo coletivo de escolha nas instituições. Esta seção compõe-se de sete questões, sendo quatro fechadas, com possibilidade de marcar uma ou mais respostas, e três abertas e descritivas.

A primeira questão de múltipla escolha investigava se houve o recebimento de livros físicos para a seleção pelos(as) professores(as) nas instituições. Houve unanimidade nas respostas sobre terem os materiais físicos para a análise, em ambos os grupos. A seguir, questionou-se acerca do tempo disponibilizado para realizar as escolhas dos LDs. Na rede estadual, a maioria das respostas descritivas informou o período de dois meses (47%), seguido de um mês (20%). Já na rede federal, este quadro inverte-se. Em ambos os grupos, encontrou-se de 14% a 20% que indicaram pouco tempo para escolha (uma semana ou menos). Logo, observa-se aqui a primeira contradição quanto às instruções para o processo de escolha, visto que o Guia do PNLD é publicado ainda no ano anterior, e que este “[...] período que vai da divulgação do resultado preliminar da avaliação pedagógica até o final da temporada de escolha (ou seja, de 28/06 a 04/09/2017) [...]” (Brasil, 2017b, p. 17), indicando que há ao menos três meses para avaliação dos materiais didáticos. Diante disso, indaga-se quão autônomo e cuidadoso

pode ser um processo de escolha de LDs em que o(a) professor(a) de História deva analisar treze coleções de três livros, num total de 39 obras didáticas, expostas no Guia do PNLD de 2018, em apenas algumas semanas? Recorda-se que, além do processo de análise e seleção destas obras, os(as) professores(as) precisam atender todas as demais atividades relacionadas ao seu cargo e que deveriam realizar esta seleção com discussões com seus pares e com a coordenação/direção da escola, preferencialmente em momentos de planejamento coletivo ou formação pedagógica.

Ampliando a compreensão sobre o processo de escolha dos LDs, duas perguntas fechadas com caixas de seleção possibilitando mais de uma resposta, indagavam sobre os atores que interferiram e participaram neste processo. Os resultados obtidos sobre as interferências podem ser observados no gráfico 1, abaixo. Tanto professores(as) do IFSC quanto da rede estadual informaram que foi um processo realizado majoritariamente com seus pares, ou seja, com outros(as) docentes da mesma área, atendendo à instrução do Edital do PNLD de uma discussão coletiva. Contudo, alguns professores(as) perceberam isso como interferência, não uma decisão democrática. Por outro lado, apenas um questionário em cada grupo indicou a participação ou interferência da coordenação ou da direção da escola neste processo, descumprindo a orientação do Edital para uma construção coletiva entre docentes e direção/coordenação, e levantando o questionamento se há ou não consideração acerca do PPP ou PPC.

Gráfico 1 – Respostas quanto às interferências no processo de escolha de LDs



Fonte: Os autores (2021)

Os dados do gráfico 1 também revelam que, embora no IFSC não haja interferência de editoras no processo de escolha, 33,3% professores(as) da rede estadual de Chapecó

reportaram tal acontecimento. Este número nos alerta que, embora seja informado nos documentos do PNLD a importância da isonomia, as editoras continuam a interferir de algum modo, afetando a autonomia dos(as) docentes. Também houve respostas em ambos os grupos indicando interferência da Secretaria Estadual de Educação. Logo, nem sempre se trata de um processo efetivamente democrático e autônomo.

As questões posteriores eram descritivas e avaliavam como a direção e o setor pedagógico atuam neste processo, embora majoritariamente não participem das discussões, conforme observado acima. Para apresentar estes dados, realizou-se a análise de conteúdo e produziram-se algumas categorizações para agrupar respostas semelhantes. Desta forma, cada resposta pode conter mais de uma categoria.

Com relação à direção da IE, os(as) professores(as) da rede estadual revelaram uma variedade de modos de participação, como se pode observar nos exemplos: “A direção apenas informou da necessidade de escolha dos livros e pediu que houvesse diálogo entre os demais professores da disciplina, na ocasião éramos 3 professores.” (Professor estadual 4); “Deixou à disposição dos professores os livros, enviou link, sugeriu um grupo de WhatsApp para discutirmos sobre a escolha.” (Professor estadual 1) e “Apenas insistindo para fazer a atividade de escolha o mais rápido possível.” (Professor estadual 6). Após o processo de categorização, estabeleceu-se que: seis relataram que a direção apenas informou a necessidade da escolha; cinco indicaram que a direção apenas disponibilizou as obras; um informou uma postura orientadora; dois sinalizaram a participação no sentido de operacionalizar o processo de escolha; outro reportou a orientação de criação de um grupo *on-line* para realização do processo – indicando que a escolha não foi necessariamente realizada na IE; e três apontaram apenas a cobrança de prazos – sugerindo uma postura mais autoritária. Percebe-se também que algumas respostas indicam um estímulo para que as discussões aconteçam, mas sem uma participação efetiva da direção, conforme preveem os documentos do PNLD.

Já nas respostas do segundo grupo, os(as) professores(as) do IFSC sinalizam uma postura recorrente da direção, limitando-se à disponibilização de materiais e informação da necessidade do processo, como se observa no seguinte trecho: “Apenas informando da necessidade de nos organizarmos para a escolha.” (Professor federal 6).

Por sua vez, com relação ao setor pedagógico, metade dos(as) docentes dos dois grupos indicaram que não houve participação no processo de escolha. Respostas como “Expondo o material para análise e avisando os professores do local e até que dia a escolha deveria ser feita.” (Professor estadual 3) e “Apenas indicou os prazos e fez o pedido pelo sistema.” (Professor federal 2) indicam uma atuação restrita apenas ao registro das escolhas, à entrega de materiais e à organização do processo. Além disso, um professor da rede estadual e um da federal informaram que o setor pedagógico de sua escola organizou um grupo *on-line* para operacionalizar a escolha, como se vê em: “Também solicitando a organização do grupo para que escolhessem os livros.”

(Professor federal 6). Com a reincidência do relato desta prática, indaga-se: há a disponibilização de tempo dentro da carga horária dos(as) docentes para desempenhar o processo de escolha dos LDs? Ou essa é mais uma das diversas atividades que o profissional da educação básica desempenha fora de seu horário de trabalho?

Embora não houvesse questões direcionadas à produção de uma ata nem à existência de uma divulgação pública da escolha realizada, como orientam o Edital e o Guia do PNLD, nenhuma das respostas descritivas desta pesquisa indiciam algo referente a estas práticas. A ausência de relatos quanto a estas orientações revela a necessidade de uma investigação posterior, visando descobrir se alguma escola segue tais orientações e de que modo isto ocorre, visto que são dois tópicos importantes para efetivação de um processo democrático e autônomo.

Concluindo a seção sobre os processos de escolha decorridos nas instituições e vivenciados por estes(as) professores(as), perguntou-se sobre o recebimento dos LDs. Todos os(as) docentes do IFSC informaram que sua escolha resultou no recebimento correto dos livros. Contudo, no caso da rede estadual, houve apenas 60% de efetivação das escolhas realizadas pelos(as) docentes pesquisados. Embora estas respostas não atribuam responsáveis pela não efetivação da escolha – reduzindo a democracia –, estes dados indicam três possibilidades. A primeira consiste em problemas no processo de operacionalização da entrega, desempenhada pelo FNDE, como já era denunciado:

[...] Pesquisas realizadas em território nacional e patrocinadas pelo próprio MEC indicaram, em momentos distintos, que há problemas incontestáveis envolvendo atrasos sistemáticos na edição e distribuição do guia para as escolas, incongruências de toda ordem no tocante à escolha feita pelos professores e envio das obras pelo FNDE, atrasos na recepção dos livros por parte das escolas, bem como fragilidades envolvendo o processo de utilização das obras enviadas, que chegam até mesmo a ser desprezadas e desconsideradas pelos professores (Miranda; Luca, 2004, p. 126)

Para sanar parte desses problemas, a partir de 2017, o Guia do PNLD passou a ser disponibilizado de modo digital, bem como as obras aprovadas também tornaram-se acessíveis via internet, além de recebidas presencialmente – quando o são, pois nem todas as coleções chegam fisicamente em todas as escolas.

Visto que todas as respostas do grupo de professores(as) do IFSC afirmaram receber o LD escolhido, a segunda possibilidade consiste nas escolhas dos(as) docentes não serem efetuadas corretamente, ou mesmo respeitadas, pelas secretarias e direções das escolas estaduais – que, segundo o Edital do PNLD 2018, são responsáveis pela efetivação da escolha no sistema e divulgação do protocolo a toda comunidade escolar. Ou, numa terceira hipótese, pode haver interferência das Secretarias Municipais e Estadual de Educação, pretendendo que toda a rede pública de um mesmo município adote o mesmo livro. Esta questão também demanda maior aprofundamento em

pesquisas futuras.

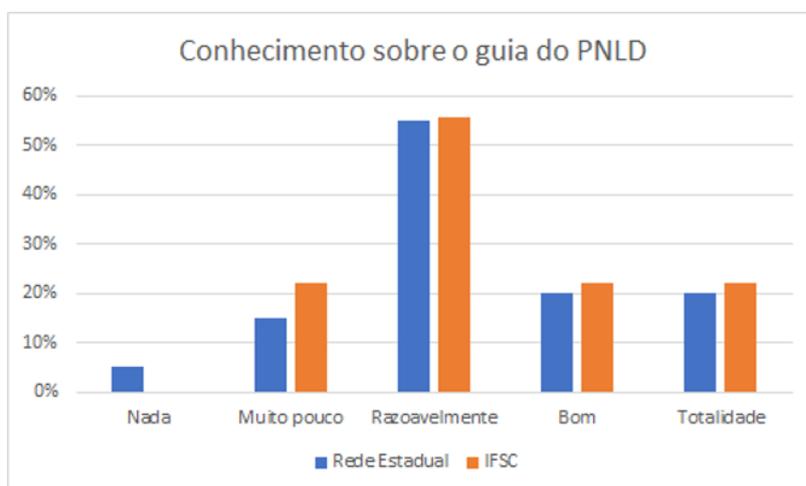
Deste modo, comparando as instruções do PNLD com as informações coletadas na pesquisa, percebe-se que há problemas no decorrer do processo de escolha, desde o tempo empregado para a análise das obras, passando pelo envolvimento dos setores pedagógico e da direção, até sua efetivação e entrega. Tais problemas podem ser oriundos da precarização das condições de trabalho docente da rede pública, de elementos organizacionais das instituições escolares, das interferências externas ao processo, da ausência de transparência do próprio sistema do FNDE e do processo de distribuição pelo MEC.

### Critérios de escolha de LD dos(as) professores(as) de História

A última seção do questionário abordava os critérios pessoais de escolhas dos(as) professores(as) a respeito dos LDs, contendo cinco questões, todas fechadas. Nesta seção, retoma-se a amostragem total da pesquisa.

Para que o processo de escolha do LD seja efetivamente democrático, infere-se que haja um conhecimento por parte dos(as) professores(as) quanto ao processo em si e aos materiais disponibilizados pelo FNDE. Neste sentido, 75% dos(as) docentes de História da rede estadual e 78% da rede federal responderam à pergunta em escala linear indicando um bom ou ótimo conhecimento acerca das informações do Guia do PNLD, conforme demonstra o gráfico 2. Mesmo que timidamente, houve professores(as), em especial da rede estadual, que reconheceram ter nenhum, pouco ou apenas conhecimento suficiente sobre o Guia do PNLD. Vale considerar que não se pode ter certeza se aqueles que indicaram um bom conhecimento o tenham por ler o Guia ou por experiência em processos anteriores.

Gráfico 2 – Respostas quanto ao conhecimento sobre o processo de escolha dos LDs



Fonte: Os autores (2021)

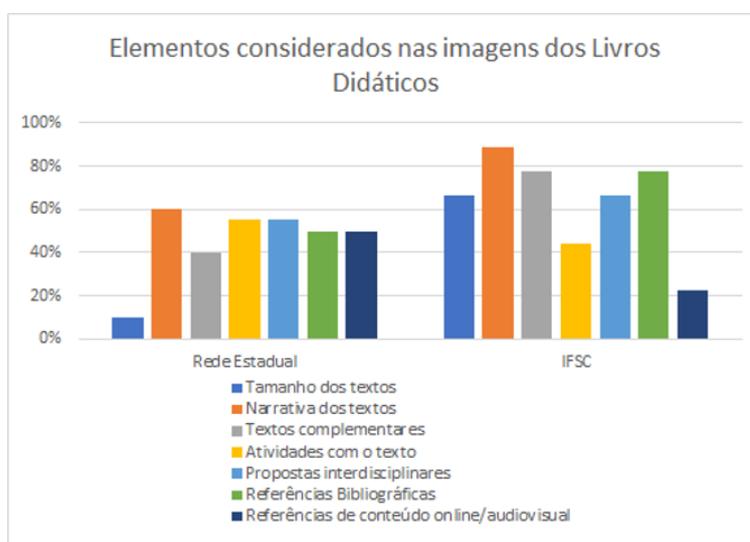
Outra questão de múltipla escolha direcionava-se às resenhas do Guia do PNLD, o elemento principal deste documento, que traz a análise de especialistas de cada área do conhecimento sobre cada coleção disponibilizada para a escolha dos(as) professores(as). De modo geral, os pesquisados majoritariamente relataram considerar estas resenhas. Apenas 5% desconsideraram completamente e 30% da rede estadual considera pouco. Estes posicionamentos negativos quanto às resenhas podem ser oriundos de situações já relatadas como: o desconhecimento sobre os documentos do PNLD e uma desconfiança do processo devido aos relatos de não efetivação de escolhas de LDs. Para ambos os casos, é imperativo que os(as) docentes tenham ciência que:

Todos esses problemas, no entanto, derivam do processo de operacionalização administrativa do programa e, portanto, escapam por completo à competência da comissão avaliadora, que não tem nenhuma possibilidade de ingerência nessas questões (Miranda; Luca, 2004, p. 126).

Na sequência, apresentaram-se três questões com caixa de seleção, possibilitando múltiplas respostas da mesma pessoa, visando investigar os critérios utilizados pelos(as) professores(as) de História ao julgar um livro didático. Cada questão indicava uma característica específica: os aspectos imagéticos, os conteúdos e, por fim, o manual do professor, com as atividades propostas e suas correções, o planejamento e as correntes historiográficas indicadas. Esses aspectos foram baseados nos critérios de análise do PNLD 2018 (Brasil, 2017a, 2017b) e nas indicações de Bittencourt (2010).

Com relação à dimensão imagética do livro didático, conforme aponta o gráfico 3, percebe-se que os detalhes técnicos das imagens e a quantidade são as características menos importantes, tanto para rede estadual quanto para o IFSC.

Gráfico 3 – Critérios quanto a imagens em LDs segundo professores(as) de História



Fonte: Os autores (2021)



Em segundo lugar, para ambos os grupos, aparecem os critérios de atratividade, qualidade da imagem e representação quanto a raça e gênero. Sobre a questão de gênero, percebe-se uma maior preocupação dos(as) docentes do IFSC (55%), com relação à rede estadual (25%). O mesmo ocorre quanto ao critério de raça, sendo 45% para os(as) professores(as) do IFSC e 30% para os(as) do estado. A este respeito, percebe-se que, por um lado, os livros didáticos ainda mantêm representações problemáticas – logo, relações de poder assimétricas – tanto para gênero (Moura, 2007) quanto para raça (Silva, 2005) e dão menos espaço para personagens e perspectivas femininas, negras e indígenas<sup>8</sup>. Por outro lado, percebe-se que tais questões ainda não são consideradas pertinentes por grande parte destes(as) docentes de História. Os LDs contribuem para a construção do conhecimento histórico, da formação da cidadania, mas sobretudo marcam o imaginário dos sujeitos (Ferro, 1983) e certamente influenciam as percepções da identidade e da diferença (Silva; Hall; Woodward, 2014).

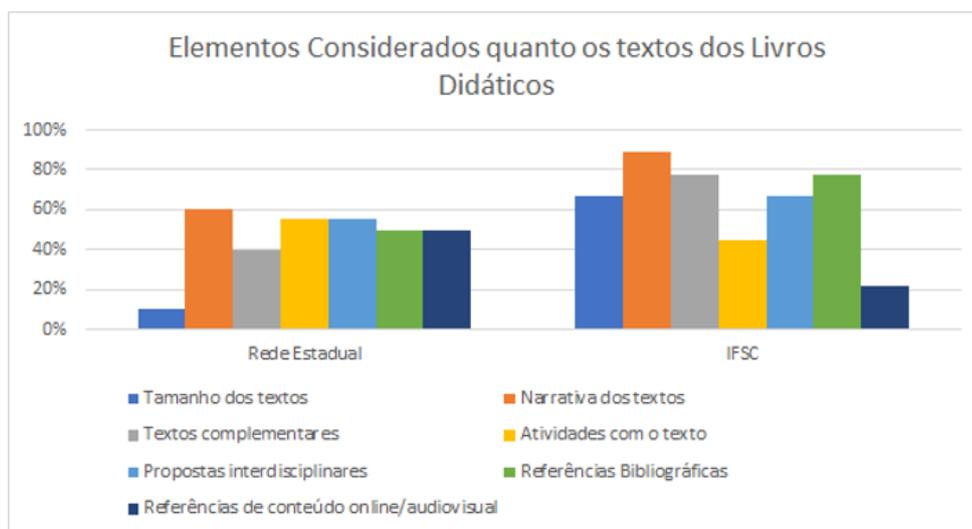
Ao ignorarem ou reduzirem a importância de representações simbólicas tanto de gênero como de raça, estes(as) docentes contribuem com a opressão simbólica que, segundo Patricia Hill Collins (2015, p. 26), consiste na utilização de ideologias socialmente validadas para justificar a dominação e subordinação de algum grupo social ou sujeito, em que se recorre a estereotipificação ou controle de imagens de grupos sociais, acabando por cristalizar, invisibilizar silenciar ou dissimular entendimentos e imaginário, sendo assim: “Uma maneira de desumanizar uma pessoa ou um grupo é negar-lhes a realidade de suas experiências.”

Em ambos os grupos, os critérios indicados como de maior importância quanto à análise das imagens presentes nos LDs, aponta o fato delas servirem como fontes históricas e estarem relacionadas com textos e/ou atividades. Logo, infere-se que a maioria dos(as) professores(as) de História tendem a considerar a importância de outras linguagens para construção da narrativa histórica como uma ferramenta para o processo de ensino-aprendizagem, em conjunto com o texto. Assim, possivelmente a forma como os(as) professores(as) utilizam as imagens em sala de aula evade da função inicial e restrita que as imagens assumiram em LDs, como mera ilustração. “‘Ver as cenas históricas’ era o objetivo fundamental que justificava, ou ainda justifica, a inclusão de imagens nos livros didáticos em maior número possível, significando que as ilustrações concretizam a noção altamente abstrata de tempo histórico” (Bittencourt, 2010, p. 75). Contudo, embora os(as) professores(as) sinalizem valorizar imagens enquanto fonte histórica, estes dados não asseguram que ocorra uma leitura crítica em sala de aula – indicando inclusive a necessidade de pesquisas direcionadas a este tema. Essa incerteza aumenta se forem considerados os dados referentes aos critérios direcionados às representações imagéticas de raça e gênero, marcadores sociais da desigualdade histórica no Brasil, conforme exposto acima.

Quando questionados(as) sobre os conteúdos textuais, como se observa no gráfico

4, 65% dos(as) professores(as) da rede estadual e 89% do IFSC valorizam primeiramente a narrativa dos textos nos LDs. Gevaerd (2011) expõe que o processo de mediação de uma narrativa do manual didático operada por professores(as) influencia na construção da própria consciência histórica destes sujeitos e de seus alunos(as). Considerando isso, é compreensível que haja um consenso na prioridade deste critério de escolha entre docentes de História, visto que estes(as) buscaram uma narrativa próxima a sua consciência histórica, mas também que os textos sejam cativantes a seus alunos(as). Sobre os conteúdos textuais, os(as) professores(as) da rede estadual selecionaram ainda, em ordem decrescente de importância: as atividades de interpretação de texto, as propostas interdisciplinares, as referências de conteúdo *on-line*/audiovisual e bibliográficas e, por fim, o tamanho dos textos. Por sua vez, os(as) docentes do IFSC demonstraram uma maior preocupação com os textos complementares e as referências bibliográficas, não dando tanta atenção para as referências de conteúdo *on-line*/audiovisual.

Gráfico 4 – Critérios quanto a textos em LDs segundo professores(as) de História

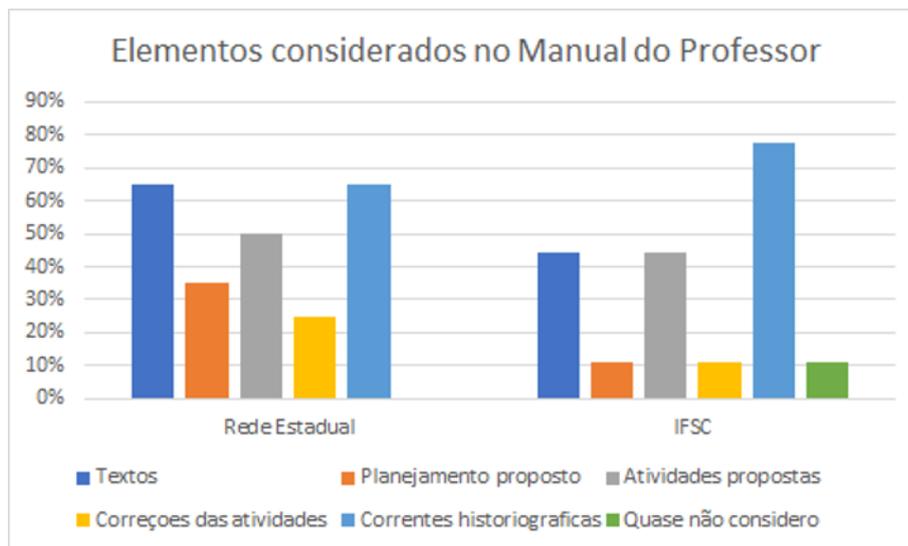


Fonte: Os autores (2021)

Para além dos recursos textuais e imagéticos voltados aos estudantes, investigou-se que critérios eram valorizados quanto ao manual do professor. Como indica o gráfico 5, encontrou-se outro consenso entre os dois grupos: o critério mais valorizado refere-se às correntes historiográficas utilizadas, apontado por 65% da amostragem da rede estadual e 77% do IFSC. Evidencia-se assim que a maioria dos(as) professores(as) buscam nos livros didáticos ferramentas para construir uma abordagem da História próxima de sua formação, embora alguns destes(as) docentes sinalizem valorizar também elementos didáticos que influenciam no processo de ensino-aprendizagem do conhecimento histórico. Outras questões relevantes para metade dos(as)

professores(as) foram a observação das atividades propostas e os textos direcionados aos docentes.

Gráfico 5 – Critérios quanto ao Manual do Professor segundo professores(as) de História



Fonte: Os autores (2021)

Estes dados referentes aos critérios de seleção dos(as) professores(as) de História evidenciam que as preocupações quanto às obras didáticas destes profissionais são múltiplas – embora algumas se destaquem quantitativamente – e atendem alguns dos pressupostos apresentados no Guia do PNL, como a análise dos textos, das imagens e das atividades. O LD multifacetado e dotado de várias linguagens como indica Bittencourt (2010), é assim reconhecido por estes educadores(as). Além disso, se o LD é mais um reflexo da sociedade que o produz, do que os próprios conteúdos e temas abordados nele, como indica Choppin (2002), percebe-se que a existência de uma variedade de critérios para escolhê-los é reflexo da própria identidade do(a) professor(a) de História, enquanto sujeito docente e historiador.

### Considerações finais

Para encerrar, recua-se alguns passos, revisando as análises realizadas sobre os documentos do PNL e sobre as respostas dos questionários, e sua relação com a problemática proposta. Quanto ao processo de escolha de LD ser democrático e autônomo, tem-se no Edital e no Guia diversas orientações. Contudo, nos relatos dos(as) professores(as) de História pesquisados, não se encontrou indícios da apresentação do documento de efetivação de escolha por parte da secretaria/direção das escolas nem

da elaboração de uma ata de escolha. Também se observou que majoritariamente a seleção é realizada apenas pelos(as) professores(as), de modo coletivo, mas nem sempre em discussões presenciais. A participação das coordenações e direções foi apenas pontual e normalmente instrutiva ou diretiva, e não houve qualquer menção à consideração quanto ao PPP/PPC das instituições.

De modo geral, o tempo disponibilizado para a análise dos materiais didáticos foi considerado limitado e caracteriza-se como uma atividade possivelmente realizada pelos(as) docentes fora de seu espaço e horário de trabalho, em especial no caso da rede pública estadual na qual o tempo de planejamento é reduzido. Observou-se também que nas escolas da rede estadual há interferências das editoras em 33,3% dos relatos. Outra informação relevante é que 60% dos(as) docentes de História afirmaram não terem suas escolhas efetivadas quando ocorre o recebimento dos livros.

Logo, pode-se afirmar que, apesar dos ajustes realizados pelo PNLD nos últimos anos, ainda há problemas que reduzem a democracia e a autonomia do processo de escolha de LDs, mais frequentes nas escolas da rede estadual em comparação com o IFSC. De modo geral, estes problemas estão atrelados às condições de trabalho dos(as) professores(as), ao tempo e às formas de acesso aos materiais do PNLD e à organização das escolas e das redes. Apesar disso, no IFSC também se percebe a ausência da participação da direção e do setor pedagógico nas discussões de seleção dos LDs e, em alguns casos, pouco tempo para realizar este processo. Ademais, a partir dos relatos, conclui-se que o processo de escolha não ocorre conforme indicado nos documentos oficiais. Com isso, relembra-se Gimeno Sacristán (2017) para indicar que, se o currículo prescrito nem sempre está em consonância com o currículo em ação e o currículo realizado, tal fato se aplica também à escolha de LDs. Assim afere-se que, para haver maior autonomia e democracia no processo, torna-se imprescindível que estes(as) profissionais conscientizem-se das orientações e avaliações do PNLD, tenham tempos e espaços disponíveis para as discussões coletivas e considerem as consequências curriculares e pedagógicas do material selecionado para a realidade local e o contexto dos seus(suas) alunos(as).

Os relatos nesta pesquisa indicam ainda que os agentes editoriais da indústria cultural de LDs interferem na democratização da educação e não se intimidam por normativas do PNLD quando se trata de vender seus produtos, fazendo-se presentes nas escolas apesar da proibição presente no Guia do PNLD. Recorrendo a Bittencourt (2010), relembra-se que embora o LD seja uma ferramenta que auxilia professores(as) no ensino, este é também um objeto mercadológico.

Com relação aos critérios utilizados pelos(as) docentes de História para escolher os LDs, observou-se ser primordial a corrente historiográfica que norteia estas obras e a narrativa dos textos principais, mostrando que os(as) professores(as) têm consciência de que estes materiais “[...] não pretendem somente descrever a sociedade, mas

também transformá-la, o manual apresenta uma visão deformada, limitada, até mesmo idílica da realidade: constituindo uma purificação” (Choppin, 2002, p. 22). Se esses materiais podem dissimular ou cristalizar uma concepção sobre um determinado tema, refletem a própria sociedade na qual são produzidos e não apenas os conteúdos dos quais tratam.

Identificou-se também que quando se trata das imagens, os(as) docentes de ambos os grupos valorizam o uso destas como fonte histórica e priorizam imagens que interajam com os textos. Já aspectos como representações de raça e gênero são considerados importantes por menos docentes. Considerando os apontamentos de Silva, Hall e Woodward (2014), entende-se que ignorar esta questão, faz com que parte do currículo – o LD selecionado – influencie na formação da identidade e da diferença de modo que execute manutenção, ocultamento e apolitização da desigualdade.

Ao interpretar os resultados desta pesquisa, reitera-se a necessidade de estabelecerem-se processos formativos de professores(as) voltadas aos LDs, para análise e uso destes materiais (Freitag; Motta; Costa, 1987; Moura, 2007), mas também quanto ao processo de escolha, visto que muitas das normativas do PNLD não são efetivadas, podendo ser um reflexo da falta de conhecimento, tanto de professores(as), como de outros profissionais da educação. Por fim, ressalta-se a necessidade de haver mais estudos sobre o processo de escolha de LDs, com outras amostragens e voltadas a outras áreas do conhecimento, visando encontrar outros elementos e características sobre esta atividade docente, aprofundando as análises, e denunciando a falta de democracia e autonomia neste processo.

### Referências

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar*. 1993. 369 p. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/208387>. Acesso em: 20 abr. 2021.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *O ensino de história: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2011.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *O saber histórico em sala de aula*. São Paulo: Cortez, 2010.

BRASIL. Decreto n. 59.355, de 4 de outubro de 1966. Institui no ministério da educação e cultura a comissão do livro técnico e do livro didático (COLTED) e revoga o decreto número 58.653/66. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, p. 11468, out. 1966.

Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-59355-4-outubro-1966-400010-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 20 abr. 2021.

BRASIL. Decreto n. 91.542, de 19 de agosto de 1985. Institui o programa nacional do livro didático, dispõe sobre sua execução e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, p. 12178, ago. 1985. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-91542-19-agosto-1985-441959-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 20 abr. 2021.

BRASIL. Decreto-lei n. 93, de 21 de dezembro de 1937. Cria o instituto nacional do livro. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, p. 25586, dez. 1937. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-93-21-dezembro-1937-350842-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 20 abr. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. *Editais de convocação 04/2015 CGPLI*: edital de convocação para o processo de inscrição e avaliação de obras didáticas para o programa nacional do livro didático (PNLD) 2018. Brasília, DF: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, 2017a. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro/consultas/editais-programas-livro/item/7932-pnld-2018>. Acesso em: 20 abr. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. *PNLD 2018*: apresentação – ensino médio. Brasília, DF: Secretária de Educação Básica, 2017b. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro/pnld/guia-do-pnld/item/13410-guia-pnld-2019>. Acesso em: 20 abr. 2021.

CHOPPIN, Alain. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 549-566, set./dez. 2004. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022004000300012>

CHOPPIN, Alain. O historiador e o livro escolar. *História da Educação*, Pelotas, v. 6, n. 11, p. 5-24, 2002. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/30596>. Acesso em: 20 abr. 2021.

COLLINS, Patricia Hill. Em direção a uma nova visão: raça, classe e gênero como categorias de análise e conexão. In: MORENO, Renata (org.). *Reflexões e práticas de transformação feminista*. São Paulo: SOF, 2015. p. 13-42.

FERRO, Marc. *A manipulação da história no ensino e nos meios de comunicação*. São Paulo: Ibrasa, 1983.

FNDE – FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. *Histórico*. Brasília, DF: FNDE, [2021]. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro/biblioteca-na-escola/historico>. Acesso em: 20 abr. 2021.

FREITAG, Barbara; MOTTA, Valéria Rodrigues; COSTA, Wanderly Ferreira. *O estado da arte do livro didático no Brasil*. Brasília, DF: INEP, 1987.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (org.). *Métodos de pesquisa*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GEVAERD, Rosi Terezinha Ferrarini. Narrativa histórica: uma das formas pelas quais alunos e professores dão sentido ao passado histórico. In: EDUCERE – CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 10., 2011, Curitiba. *Anais [...]*. Curitiba: PUCPR, 2011. p. 1499-1512. Disponível em: [https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548772190\\_715b92d218b0f307377f77bd643805a8.pdf](https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548772190_715b92d218b0f307377f77bd643805a8.pdf). Acesso em: 20 abr. 2021.

GIMENO SACRISTÁN, José. *O currículo: uma reflexão sobre a prática*. Tradução de Ernani F. da Fonseca Rosa. 3. ed. Porto Alegre: Penso, 2017.

IFSC – INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA. Cursos. *IFSC*, Florianópolis, [2021]. Disponível em: <https://www.ifsc.edu.br/cursos>. Acesso em: 24 abr. 2021.

MARTINS, Alisson Antonio; GARCIA, Nilson Marcos Dias. Artefato da cultura escolar e mercadoria: a escolha do livro didático de física em análise. *Educar Em Revista*, Curitiba, v. 35, n. 74, p. 173-192, 2019.

MIRANDA, Sonia Regina; LUCA, Tania Regina de. O livro didático de história hoje: um panorama a partir do PNLD. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 24, n. 48, p. 123-144, 2004. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-01882004000200006>

MOURA, Neide Cardoso de. *Relações de gênero em livros didáticos de língua portuguesa: permanências e mudanças*. 2007. 258 p. Tese (Doutorado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/17231>. Acesso em: 20 abr. 2021.

OLIVEIRA, Susane Rodrigues de. Violência contra mulheres nos livros didáticos de História (PNLD 2018). *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 27, n. 3, p. 1-14, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2019v27n358426>

TEIXEIRA, Rozana; PACÍFICO, Tânia Mara. Negritude e branquitude em livros didáticos de história, língua portuguesa e educação física. In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, 36., 2013, Goiânia. *Anais [...]*. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2013. p. 1-18. Disponível em: [https://www.anped.org.br/sites/default/files/gt21\\_3455\\_texto.pdf](https://www.anped.org.br/sites/default/files/gt21_3455_texto.pdf). Acesso em: 4 out. 2021.

SANTA CATARINA. Secretaria do Estado da Educação. *Portal da Educação Institucional*. Florianópolis: SEED, [2021]. Disponível em: <http://serieweb.sed.sc.gov.br/cadueportal.aspx>. Acesso em: 24 abr. 2021.

SCHIRMER, Saul Benhur; SAUERWEIN, Inés Prieto Schmidt. Livros didáticos em

publicações na área de ensino: contribuições para análise e escolha. *Investigações em Ensino de Ciências*, Porto Alegre, v. 22, n. 1, p. 23-41, 2017.

SILVA, Paulo Vinicius Baptista da. *Relações raciais em livros didáticos de língua portuguesa*. 2005. 246 p. Tese (Doutorado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/17364>. Acesso em: 4 out. 2021.

SILVA, Tomaz Tadeu da; HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

ZACHEU, Aline Aparecida Pereira; CASTRO, Laura Laís de Oliveira. Dos tempos imperiais ao PNLD: a problemática do livro didático no Brasil. In: JORNADA DO NÚCLEO DE ENSINO DE MARÍLIA, 14., 2015, Marília. *Anais [...]*. Marília: Unesp, 2015. p. 1-12. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/Home/Eventos/2015/jornadadonucleo/dos-tempos-imperiais-ao-pnld--a-problemativa1.pdf>. Acesso em: 4 out. 2021.

#### Notas

<sup>1</sup>Mestre em Educação pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Professor de História da rede estadual de ensino de Santa Catarina.

<sup>2</sup>Mestre em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professora EBTT do campus Chapecó do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC).

<sup>3</sup>O PNLD é uma política pública educacional de financiamento e obtenção de materiais didáticos que se atualiza desde sua criação em 1985. Esta política pública revisou os processos de avaliação de obras didáticas, criou e atualizou critérios de seleção e exclusão destes materiais. Portanto, as configurações delimitadoras e norteadoras daquilo que seria aceitável nas obras são mutáveis ao longo dos anos e podem ser encontradas no Edital, lançado a cada novo processo de seleção de LDs (FNDE, [2021]).

<sup>4</sup>Os artigos encontrados são: Schirmer e Sauerwein (2017) e Martins e Garcia (2019). Contudo, como eles não tratam da área de História não foram citados ao longo do texto.

<sup>5</sup>Resumidamente, o processo de funcionamento do PNLD inicia com a inscrição das escolas que desejam obter as obras. Na sequência, define-se o edital com as regras e os critérios para aprovação de LDs; as editoras interessadas inscrevem suas obras que passam por uma avaliação técnica/física do material e uma avaliação pedagógica. As obras aprovadas são apresentadas no Guia, disponibilizado digitalmente desde 2017. A seguir, as obras, físicas ou digitais, devem ser analisadas nas escolas participantes e a escolha deve ser realizada democraticamente. Por fim, a qualidade física dos LDs continua a ser verificada durante sua produção e eles são entregues às instituições que aderiram ao programa.

<sup>6</sup>O Edital de convocação 04/2015 CGPLI e o PNLD 2018: apresentação – Ensino Médio são documentos orientadores do processo de escolha de materiais didáticos ofertados pelo PNLD. Nesta pesquisa, eles serão referidos respectivamente como Edital do PNLD 2018 e Guia do PNLD 2018.

<sup>7</sup>Todos os(as) professores(as) assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, de acordo

com a Resolução 466/2012 CNS/CONEP, antes de acessarem e responderem o questionário.

<sup>8</sup>Dentre os critérios definidos pelo Edital para as obras do PNLD 2018 estabelece-se que elas não podem reproduzir estereótipos nem discriminar qualquer indivíduo ou grupo (BRASIL, 2017a). Contudo, quando se observam as pesquisas que abordam gênero e raça em LDs, percebe-se que tais critérios não são ainda tão efetivos, visto que as violências sofridas por mulheres continuam a ser invisibilizadas nos LDs de História do Ensino Médio, no PNLD de 2018 (Oliveira, 2019). Dinâmica semelhante ocorre quando se consideram representações raciais, em que geralmente a negritude é apresentada em situação de risco e violência enquanto a branquitude é retratada como rica e detentora de poder, tais aspectos mudam timidamente com a inserção gradativa da lei 10.639/2003, que tornou obrigatório o ensino da História da África e da cultura Afro-brasileira (Teixeira; Pacífico, 2013).